

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, agosto de 2021, número 164. ISSN 217-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE: ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

ARTIGO DO MÊS

O MST NA DISPUTA TERRITORIAL DO VALE DO RIO DOCE: 1993-2021

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA ENANPEGE – 2021

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/João Pessoa – João Pessoa, outubro de 2021 (10 a 15 de outubro)

XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021

USP/São Paulo – São Paulo, (data a definir).

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Willians Ventura Ferreira Souza.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



À Margem da História: representações e cerceamento de direitos no Brasil contemporâneo.
Org.: Cícero João da Costa Filho.

Os capítulos que compõem o livro trazem temas que abordam as Histórias de sujeitos esquecidos ou, quando muito, vistas sob o olhar de uma cultura hegemônica, que concebe o diferente como inferior, à margem da História, que precisa da sua presença para manter sua existência.

WEBINAR REDE DATALUTA



Webinar Rede DATALUTA

Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confiram os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATALUTA/videos>



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br>

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE: ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Lucas Ferreira Gomes

Graduando do curso de Geografia da Unifesspa/Marabá - lukagomes010@gmail.com

Rogério Rego Miranda

Professor do curso de Geografia da Unifesspa/Marabá – rogeriomir@unifesspa.edu.br

INTRODUÇÃO

A territorialidade camponesa no Pará se constitui em um importante campo de pesquisa, especialmente no sudeste paraense, devido à complexidade conflitiva dessa realidade, face à ação de agentes do agronegócio e da mineração.

Nosso propósito neste trabalho é pesquisar as principais estratégias de territorialização da luta pela terra no sudeste paraense a partir da ação de movimentos sindicais (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entre os anos de 2018 e 2019, tendo por área de estudo o município de Canaã dos Carajás.

Em termos de objetivos específicos, identificamos e analisamos as várias formas de organização dos movimentos sociais e sindicais na luta pela terra, bem como os principais mecanismos de desarticulação territorial dos acampamentos empreendidos pelo Estado e os agentes do modelo de desenvolvimento agropecuário e mineral.

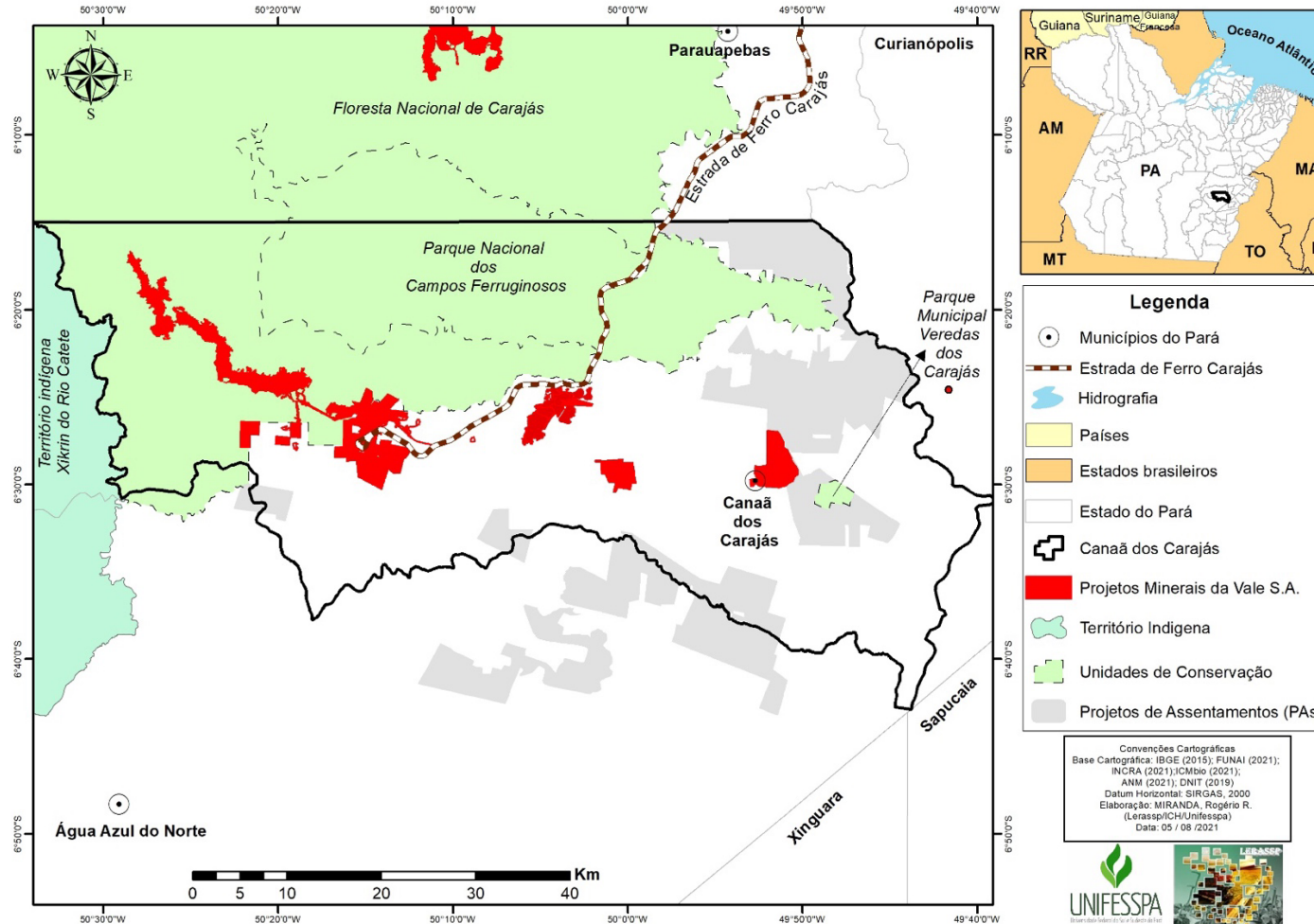
O estudo foi realizado no município de Canaã de Carajás (ver mapa 1), estado do Pará, pois este território vem passando por profundas transformações tanto no campo quanto na cidade, em decorrência da atuação de empresas mineradoras, com ênfase à Vale S.A., que cria diversas estratégias articuladas aos grupos agropecuários regionais com vistas a monopolizar o território de interesse mineral, ainda que para assegurar a propriedade privada ou o direito de concessão mineral presente e futuro, utilize-se do expediente da violência e da criminalização de lideranças populares.

O trabalho foi elaborado a partir de discussões teórico-conceituais que subsidiaram a interpretação acerca da realidade histórico-geográfica do sudeste paraense, enfatizando a disputa territorial do seu espaço agrário. Ainda como parte da metodologia, lançamos mão do trabalho de campo realizado nos meses de fevereiro e agosto do ano de 2019 em seis acampamentos: União Axixá e Eduardo Galeano — ambos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) —, Alto da Serra, Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada — vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), base da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Pará (FETAGRI) — e Nova

Conquista II — ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) do Pará (ver mapa 2).

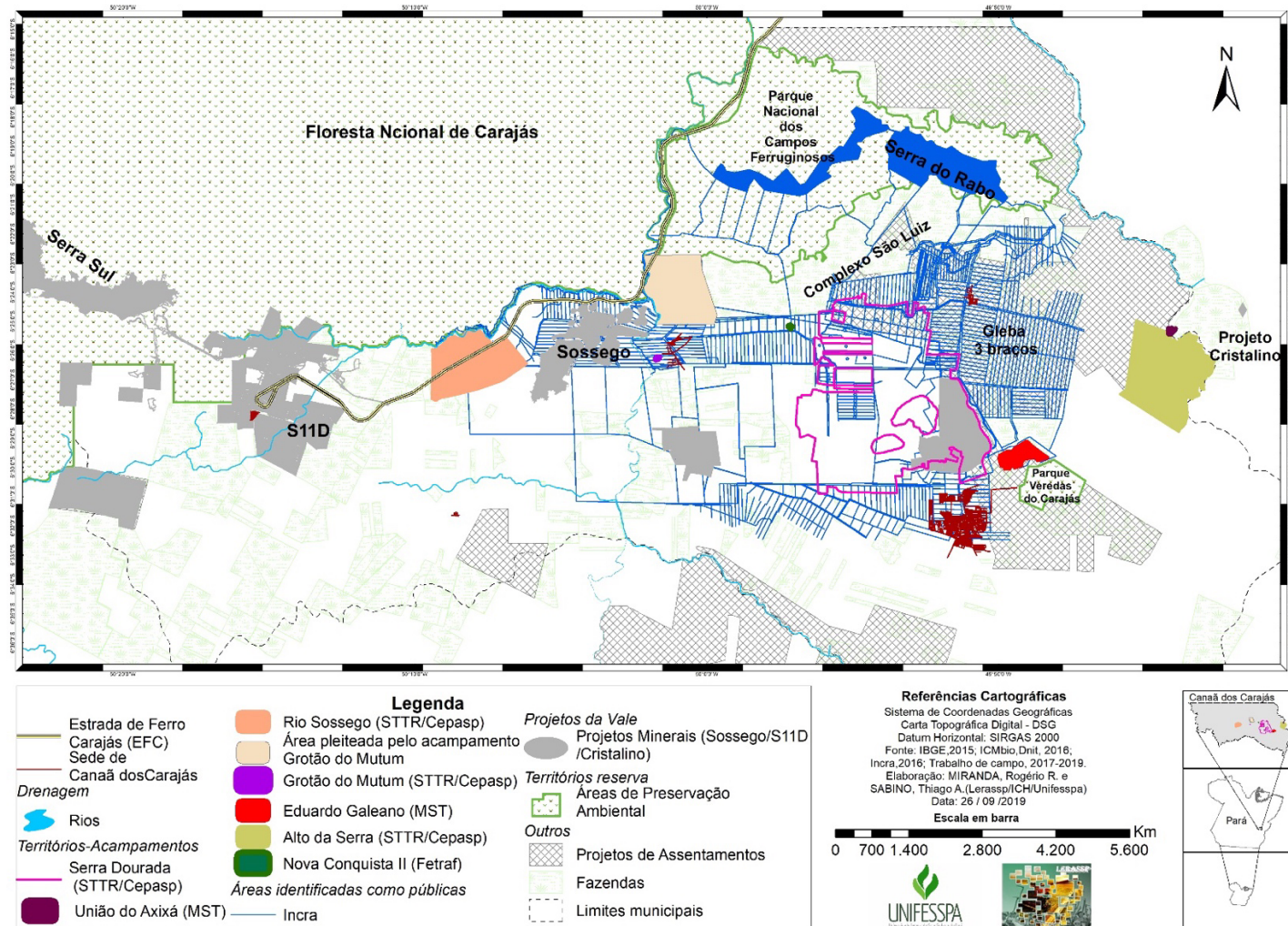
Na ocasião, fizemos uso da observação sistemática, por meio da qual restringimos nossa relação com o grupo pesquisado no momento da pesquisa de campo, desenvolvendo uma participação relativa no cotidiano dos agentes estudados, por meio da observação dos eventos do dia a dia (MINAYO et alii, 1994) dos acampados. Concomitantemente, foram aplicados 236 questionários que abrangeram 23,34% das famílias acampadas, que correspondem a 1.011 pessoas.

Mapa 1 – Município de Canaã dos Carajás, 2021.



Fonte: ANM (2021); DNIT (2019); IBGE (2015), ICMbio (2021); Incra (2021); FUNAI (2021); Trabalho de Campo (2019).

Mapa 1 - Acampamentos existentes em Canaã dos Carajás, 2019.



Fonte: IBGE (2015), IcmBio (2018), CAR (2016), Trabalho de Campo.

Ainda como procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças dos movimentos sociais e sindicais envolvidos na luta pela terra, bem como representantes dos acampamentos pesquisados. Também foi registrada, por meio de fotografias, a paisagem do lugar com o intuito de registrar as condições de reprodução social (casas de lona, barro ou madeira, além de barracões onde se realizam as reuniões), aspectos vinculados às condições econômicas e produtivas (produção agrícola, criação de animais de pequeno porte como aves), da política (ocupações de prédios públicos como prefeitura, Câmara dos Vereadores, bloqueio de estradas e ferrovia, marchas pela cidade e construção de uma feira dos agricultores acampados) e cultural (igrejas, campo de futebol, rio etc.). Soma-se ainda a utilização de GPS (Sistema de Posicionamento Global) para a construção de mapas temáticos (localização dos acampamentos, estrutura fundiária, principais conflitos, organização espacial dos acampamentos, dentre outros).

Por fim, realizamos análise documental fornecida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o acompanhamento diário das notícias acerca dos acontecimentos agrários em nível local, regional, nacional e internacional.

TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PARÁ

Quando tratamos da questão agrária na Amazônia, é necessário levarmos em consideração pelo menos dois elementos importantes, a contradição e o conflito, que cercam a produção do espaço agrário nesta região. Tal fato pode ser identificado nas palavras de Pereira (2012):

[...] os conflitos de terra na Amazônia só ocorreram porque os direitos dos posseiros passaram a ser violados por empresários do Centro-Sul do país que chegaram ao território Amazônico com apoio político do Estado. Na maioria dos casos, esses trabalhadores rurais se viram diante da falta de alternativas: ou eles resistiriam ou seriam expulsos com suas famílias da terra. Estava aí, por conseguinte, a dimensão política dos conflitos, na Amazônia Brasileira (PEREIRA, 2012, p. 1).

Os recentes e antigos conflitos territoriais ocorridos no sudeste paraense nos mostram o quanto esse território é produto de um longo processo de disputa por diferentes sujeitos e que possuem racionalidades distintas (agronegócio, mineração e agricultura camponesa), que pensam o uso do território de maneiras distintas. De um lado, temos os agentes do capital atrelados ao modelo de desenvolvimento regional que se coloca enquanto hegemônico, caracterizado pela concentração de terras, produção de *commodities* agrícolas como a soja e o gado devidamente selecionado e destinados ao mercado externo, além de contar com empresas de extração mineral, a exemplo da Vale S.A., que atua no território como exploradora de ferro, cobre e manganês.

Por outro lado, observamos o desenvolvimento do território camponês a partir das lutas populares no campo, como, por exemplo, aquelas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, esses últimos organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). Ambos têm forte atuação na luta pela terra no sudeste paraense, alçando reterritorializar os camponeses que se reproduzem a partir de outra lógica,

pautada na pequena propriedade, produção diversificada, voltada ao mercado local e regional, e mão de obra familiar, garantindo assim o abastecimento de alimentos de feiras e mercados, bem como a sua sobrevivência.

Face esse processo de luta e resistência por parte dos movimentos do campo, criam-se no espaço agrário conflitos de racionalidades pelo uso território que, segundo Sack (1986), pode ser compreendido como um espaço de disputa, no qual um grupo busca afetar, influenciar e dominar o outro.

Nesse sentido, diversas estratégias são tecidas com o fim de realizar essa territorialização. No caso dos movimentos sociais e sindicais do campo, reside inicialmente na ocupação de terras, com vistas a desterritorializar os agentes econômicos responsáveis pela concentração fundiária. Para Fernandes (2001), a intensificação das ocupações de terras causa grandes impactos políticos, de modo que os trabalhadores passaram a ser um dos principais protagonistas no enfrentamento com o Estado na luta pela terra e pela reforma agrária.

Neste cenário que se encontra Canaã dos Carajás, atravessado pela disputa territorial do seu espaço agrário. O acirramento do conflito territorial no município pode ser entendido pelo “choque” entre a tentativa de territorialização dos movimentos sociais/sindicais a partir da conquista/ocupação de uma parcela de terra para a reprodução social camponesa local, e a territorialização desenvolvida pela Vale S.A. por meio dos seus diversos projetos minerais.

Inicialmente, Canaã dos Carajás surgiu a partir de Projetos de Assentamentos (PAs) rurais criados na década de 1980 pelo extinto Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que naquela época era subsidiado pela Secretaria Geral de Segurança Nacional (CSN,) sendo o criador do Projeto de Colonização Carajás I e II, onde hoje o município de Canaã dos Carajás se localiza (CRUZ; CANGILIO, 2017).

A intencionalidade do GETAT ao criar o Projeto de Colonização Carajás era diversa, a saber: a) assegurar a produção de alimentos para fornecer aos trabalhadores do Programa Grande Carajás (PGC) — à época, de propriedade da empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), mas privatizada em 1997 e transformada na empresa privada Vale S.A. —, em particular o Projeto Ferro Carajás, situado na Serra dos Carajás, no município de Parauapebas; b) diminuir os conflitos já existentes na sub-região conhecida como Bico do Papagaio; e c) criar estratégias para conter o avanço de imigrantes oriundos de diferentes regiões do país, principalmente do Nordeste e Centro-Oeste, com o intuito de não ocuparem áreas pleiteadas para extração de minérios da CVRD (HALL, 1991).

Tal fato associa-se às profundas transformações de toda ordem (ambiental, econômica, política e social) ocorridas no município de Canaã dos Carajás, seja no campo, seja na cidade. Alterações estas que são associadas principalmente à presença da empresa Vale S.A. e seus projetos de mineração, com destaque ao S11D, objeto de diversas críticas:

O Projeto Ferro Carajás S11D ainda nem alcançou o pico do processo de implantação e já é alvo de várias críticas. No Boletim Pyguara, assinado pelo Coletivo Amazônica de Formação e Ação Revolucionária, edição de julho de 2013, estão sistematizadas essas críticas, que são: o **inchaço populacional** acarretando aumento do custo de vida e da violência, precarização dos serviços públicos; **Aumento do desemprego** após o final das obras de implantação, que reduzirá de 30.000 para 2.600; **Expulsão dos agricultores do campo** provocando redução na produção de comida; **Impactos ambientais**, causados pela destruição de cavernas, lagoas e poluição das águas; por fim, a velocidade em que os

minérios estão sendo explorados faz com que as minas cheguem ao fim mais rápido e o minério acabe (CRUZ; CANGILIO, 2017, pp. 132-133, grifos nossos).

Com o propósito de garantir a proteção territorial aos seus empreendimentos, a Vale S.A., articulada com outros agentes do capital, incluindo o Estado, estabeleceu algumas estratégias com vistas a desarticular os movimentos sociais e sindicais e, principalmente, desterritorializar os acampados que ocuparam terras de interesse minerário. A primeira foi a compra de diversas terras no/ou próximo dos projetos minerais, com a conversão dessas propriedades em fazendas as quais são utilizadas no sistema de comodato, ou seja, embora a Vale tenha comprado as terras, ela garante o direito de uso agropecuário por parte dos fazendeiros que as venderam, com o intuito desses agentes garantirem a segurança da propriedade, ainda que por meio da violência. A segunda foi transformar determinadas áreas de interesse minerário em Unidades de Conservação (UC), a exemplo do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, que funciona como um “muro” de contenção contra possíveis intenções de ocupações próximas às minas. A terceira foi a desterritorialização dos sujeitos que viviam em vilas no entorno da mina, a exemplo do que ocorreu com a vila Mozartinópolis, conhecida popularmente como Racha-Placa, cujos habitantes foram reterritorializados no Projeto de Assentamento Américo Santana.

Essas “contenções territoriais” (HAESBAERT, 2014) com vistas a conter/restringir/redirecionar, ainda que parcial e relativamente a massa de sujeitos excluídos de Canaã dos Carajás, são perceptivas a partir de fronteiras que não são necessariamente visíveis. Logo, consolida-se sobre uma expressão ou imposição de poder. Desse modo, podemos apontar que essas ações realizadas pelos agentes do capital podem ser entendidas como estratégias de territorialidade, que segundo Sack (1986) visam moldar, controlar ou restringir o acesso de pessoas a uma determinada área, levando em consideração as relações de poder que se constituem no tempo e no espaço.

No que concerne à territorialização (ainda que precária e relativa) dos movimentos sociais e sindicais, esta ocorre, como já anunciado, pelas ocupações de terras e a criação de acampamentos. Por esse motivo, nos anos de 2015 e 2016, os movimentos sociais/sindicais organizaram-se e ocuparam terras formando diversos acampamentos rurais. Inquestionavelmente, a formação de acampamentos rurais é importante para esses movimentos, pois consiste em um espaço geográfico de resistência, formação e/ou ressocialização, além de ser o ambiente de articulação das principais estratégias de reivindicação para construir ações de territorialidade.

Alguns pesquisadores que estudam a temática, como Fernandes (2012) e Miranda (2019), definem o acampamento. Para Fernandes (2012), os acampamentos correspondem ao:

[...] espaço e tempo de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialidade da organização dos sem-terra, trazendo em si principais elementos organizacionais do movimento (FERNANDES, 2012, p. 24).

Na visão de Miranda (2019), os acampamentos podem ser definidos enquanto territórios-acampamentos. Segundo o autor, eles são produtos sociais advindos da luta cotidiana traçada pelos movimentos sociais e movimentos sindicais, que utilizam a política de escala (mobilização de diversas escalas geográficas — global, nacional, regional e local — para terem seus objetivos alcançados) e da construção de

uma rede geográfica solidária camponesa (rede de solidariedade entre os acampados e assentados historicamente construída com o fim de viabilizar a luta pela terra, ou seja, produzir transformações geográficas importantes, como a criação de projetos de assentamentos).

Em contrapartida os acampamentos sofrem cotidianamente diversas modalidades de violência, como ameaças, intimidações físicas, restrição à circulação de estradas, impedimento ao acesso a recursos naturais (floreta, rio, lago etc.), além de vigilância por meio de empresas de segurança privada, de helicópteros e drones que mapeiam as ações dos acampados e levantam informações acerca das suas lideranças com vistas a futuras ações criminais. Dessa forma que muitas das vezes os embates entre esses sujeitos acabam em conflitos dentro e fora do acampamento. É por esse motivo que Oliveira (1999), ao analisar as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, concernente à luta dos camponeses pelo o acesso à terra, escreveu que “a violência tem sido a marca registrada desses conflitos” (OLIVEIRA, p. 99).

Nas palavras de um representante do acampamento Nova Conquista II, houve violência sofrida pelos acampados ao tentarem realizar ocupação na “área da Vale S.A”:

Sim, tentamos ocupar outra área (...) não fomos despejados, nós recuamos devido ao conflito e o medo de perder alguém, porque os guardas estavam bem armados, com doze [calibre da arma] e pistolas. Tinha um helicóptero dando assistência, jogando munição para eles [guardas da Vale]. Eles eram só uns quinze, mas (...) quando os (companheiros) viram (...) eles atiravam com balas de verdade. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Neste contexto de conflito, luta e resistência que os movimentos sociais e sindicais atuam na construção de estratégias de territorialização no município de Canaã dos Carajás. Nessa perspectiva, destacaremos a seguir as principais estratégias empreendidas na luta pela terra nesse território.

A primeira estratégia refere-se ao bloqueio de estrada e ferrovias (Estrada de Ferro Carajás), conforme relata um dos acampados de Nova Conquista II:

Nós ocupamos como ponto estratégico, né? Porque a nossa ideia era ter gente em cada local da Vale para pressioná-la. Por exemplo, se fecharmos o Sossego aqui, tudo para [produção], né? Esses dias fizemos isso aqui. Uma turma foi para negociar em Brasília, aí nós fechamos aqui e os meninos fecharam lá em Serra Pelada. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A estratégia de bloqueio de estradas e ferrovias é umas das mais utilizadas pelos acampados de Canaã dos Carajás. Isto porque atinge diretamente a mineradora, obstruindo a circulação dos produtos minerais, e impacta na reprodução do capital, o que já foi confirmado pela Vale S.A., em seus relatórios anuais, como um dos elementos que lhes causam prejuízos ao longo do ano.

A segunda estratégia corresponde às ocupações de prédios públicos (prefeitura, vara agrária, INCRA) e prédios privados (escritórios da Vale S.A.), como meio de tensionar sobretudo o Estado, especialmente quando são expedidas liminares de despejos. Em outras situações, as ocupações são empreendidas para reivindicar direitos básicos como transporte escolar para as crianças, assistência médica mediante a entrada de ambulância e agentes de saúde nos acampamentos, entre outros.

A terceira estratégia diz respeito à chamada Feira dos Acampados. O informante do acampamento Eduardo Galeano explica o objetivo dessa estratégia:

O pessoal da feira estavam lá vendendo a galinha caipira de cinquenta a sessenta reais. Nós levamos muitas galinhas, todos os acampamentos foram para lá. O pessoal vende uma espiga de milho a dois reais, e nós vendíamos por vinte e cinco centavos. Nós não queríamos... Não era o financeiro, ganhar dinheiro, a nossa intenção era de resistência, era mostrar para o pessoal da cidade que nós produzíamos, que nós tínhamos condições de produzir alimentos. Além de nós consumirmos ainda estávamos vendendo para eles. Porque nós estávamos quase dando, estávamos vendendo por um preço simbólico, digamos de um oitavo do valor. [...] E aí, ajudou muito nas feiras dos acampados, nós provamos que nós queremos terra para trabalhar, a gente leva a nossa produção para o pessoal da cidade comprar, ver o que é um produto bom. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A Feira dos Acampados representa um espaço de mobilização e conscientização popular. A feira ocorre em locais públicos (ruas, praças e no STTR) e se torna importante meio para chamar a atenção da sociedade sobre a produção camponesa nos acampamentos. Além de ser um momento de resistência e luta. Nesses espaços, realizam-se vendas de diversos produtos com preços abaixo (simbólico) dos praticados pelo mercado. É neste momento também que os acampados aproveitam para debater sobre as falácias produzidas principalmente pela mídia e fabricadas pelos agentes econômicos de que acampamento é lugar de “preguiçosos” e de “vagabundos”, visto que durante as vendas é feito um diálogo com os clientes.

Por fim, a quarta e última estratégia é a reunião coletiva, que consiste em mobilizar, articular, discutir e planejar todas as outras estratégias citadas anteriormente.

Todas essas estratégias têm sua importância para a conquista da territorialização camponesa. Mas nenhuma delas é mais importante para os acampados do que a estratégia de PRODUIR:

A nossa que (...) nós consideramos a maior forma de resistência é a produção, e resistir aqui dentro do acampamento, o fato de a gente resistir (...) isso por exemplo, produzir alimento, auto se sustentar aqui, é a nossa maior forma de resistência (...) é tão mais importante do que ocupar um prédio público ou uma estrada. Porque se a gente se manter aqui e ganhar, com isso nós pretendemos ganhar o apoio do pessoal da cidade (...) olha o cara [camponês] tá trabalhando lá, vocês falam que ele é preguiçoso, mas ele está produzindo o alimento dele, e ele ainda traz para vender para cá. [...] Para se ganhar uma terra tem que ocupar. O nosso lema é ocupar, resistir e produzir. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

No entanto, é de suma importância destacar que algumas dessas estratégias são criminalizadas por parte dos agentes do capital, que usam de tais artifícios jurídicos para paralisar os processos de desapropriação de terras, tal fenômeno é denominado de judicialização da questão agrária (RODRIGUES; MITIDIERO JÚNIOR, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização da luta pela terra na sub-região do sudeste paraense é incerta, especialmente no município de Canaã dos Carajás. Isso porque esse território está atravessado por diversos conflitos e contradições. A tentativa dos movimentos sociais e sindicais de se territorializarem confronta com o modelo de desenvolvimento regional pautado no agronegócio e na mineração. Sendo assim, podemos dizer que o espaço agrário do município de Canaã dos Carajás adquire uma particularidade, pois não é somente o solo que está em disputa, mas também o seu subsolo. Desta maneira, os movimentos lutam e resistem no território

a partir da construção de estratégias que permitem sua sobrevivência, mesmo que em condições territoriais instáveis e marcadas pela insegurança e incerteza.

Esse cenário vem se agravado face a inexistência de uma política de reforma agrária, manifesta na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e a não criação de novos Projetos de Assentamentos no Estado do Pará desde o ano de 2017. Além do aumento substancial da violência no campo. Ao considerarmos o ano de 2020, registrou-se 18 assassinatos no país, sendo 1 (um) no Pará; 35 tentativas de assassinato no espaço agrário nacional, das quais 1 (uma) foi registrada no território paraense; e 159 ameaças de morte no Brasil, das quais 42 dessas ameaças ocorreram às lideranças paraenses (CPT, 2021).

Esse contexto contribuiu para a diminuição do número de acampamentos, que também sofrem com ações de reintegração de posse, contudo, igualmente indica a força da resistência dos movimentos sociais e dos acampados que ainda permanecem na organização dos acampamentos existentes no Brasil e particularmente no Pará, que promovem a Defesa-Territorial, o que ocorre “quando as famílias já estão na terra/território e resistem às ações de violência do poder do Estado ou do poder privado que buscam retirá-las de seus espaços de vida (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 29). Em outras palavras, “trata-se da tentativa ou ameaça a desterritorialização camponesa não concluída, interrompido pela força da re-existência” (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 29).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávio Marcos Gonçalves de; JUNIOR, José Plácido da Silva; THORLBY, Marluce Cavalcanti de Melo; ALBUQUERQUE, Renata Costa César de. **Defender os direitos nas ruas e nos territórios: a esperança habita em nós**. In: CPT. *Conflitos no campo: Brasil 2019*. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>> Acesso em: 02 abril 2020.

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Caderno Conflitos 2021** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflitos>. Acesso em: 02 julho 2021.

CRUZ, Thiago Martins da; CONGILIO, Célia Regina. Mineração e campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. **Revista Confronteiras**, Ano 01, Nº 01, Abril/2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões agrárias, pesquisa e MST**. São Paulo, ed. Cortes, 2001.

_____. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salet et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. pp. 23-26.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MINAYO, Maria Cecília da Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; MANIYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10, 2019. Recife-PE.

Anais eletrônicos... Recife: UFPe, 2019. Disponível em:

<https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baaeffbdbf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino da. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. CARLOS, A. F. A. (Org). **Caminhos da Geografia**. São Paulo. Contexto, 1999, p. 63-107.

PEREIRA, Airton dos Reis. Ocupações e conflitos de terra no sul e sudeste do Pará. In: XII Encontro Nacional de História Oral, 2014, Teresina (PI). **XII Encontro Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento**, 2014.

RODRIGUES, Luanna L. M.; MITIDIERO JÚNIOR, Marcos. A. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. **Campo-Território**. V. 9, p. 20, 2014.

SACK, Robert David. **Humam territoality: its ths theory and history**. Cambridge University. Presse, 1986.